

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, junho de 2012, número 54. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

**Reforma agrária e conflitos no campo em Minas Gerais:
Contribuições da pesquisa DATALUTA**

ARTIGO DO MÊS

Cuestión agraria y desarrollo territorial: un debate paradigmático

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

Simpósio Amazônico sobre Reforma Agrária, Desenvolvimento e Meio Ambiente.

UEAP/Amapá - Amapá, 07 a 09 de junho de 2012.

XVII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG

UFMG/Belo Horizonte – Minas Gerais, 23 a 28 de julho de 2012.

XIII Semana de Geografia “A Geografia e o desafio de desvendar o Brasil” / VII Encontro de Estudantes.

I Workshop “Tratamento da Informação Geográfica”

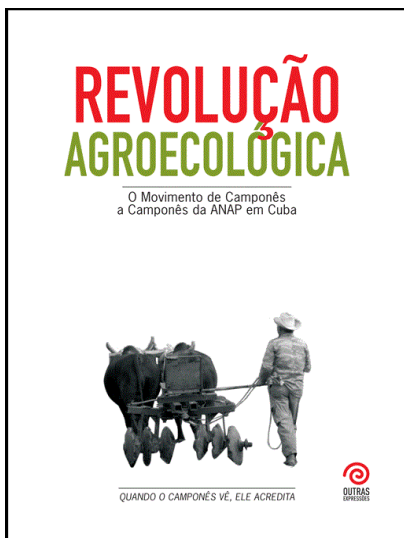
UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 20 a 24 de agosto 2012.

PUBLICAÇÃO

Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba.

Autor: ANAP – Cuba.

Este livro é sobre como em Cuba se desenvolveu um movimento que se tornou exemplo para todo mundo. Exemplo que certamente seria impossível sem a convicção e o esforço das famílias camponesas. Em apenas uma década, o Movimento de Camponês a Camponês, da Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), possibilitou a mais de mil famílias transformar o seu sistema de produção por meio da agroecologia. Alcançou índices produtivos maiores que os da agricultura convencional, seus custos são significativamente melhores, os cultivos são mais resistentes às intempéries das mudanças climáticas e não prejudicam o meio ambiente, além da produção de alimentos saudáveis para sua população.



APOIO 

Elaborado por Danilo Valentin Pereira (bolsista PROEX) e Felipe dos Santos de Melo (bolsista Ciência na UNESP). Pesquisadores do NERA.
Coordenação: Carlos Alberto Feliciano; Revisão: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP) e Francilane Eulália de Souza.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

REFORMA AGRÁRIA E CONFLITOS NO CAMPO EM MINAS GERAIS: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA DATALUTA

João Cleps Junior

Professor do Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Coordenador da pesquisa DATALUTA – Minas Gerais.

jcleps@ufu.br

*Em memória aos trabalhadores do MLST assassinados
em Uberlândia em 24/03/2012.*

INTRODUÇÃO

O presente texto é fundamentado em análises da conjuntura agrária de Minas Gerais e no Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA de Minas Gerais. Analisamos as políticas de reforma agrária, as formas de obtenção de terras e de criação de assentamentos nos períodos de governo, bem como as ações dos movimentos sociais no campo em Minas Gerais e seu processo de luta no contexto das transformações socioespaciais do campo brasileiro no período de 1985 a 2011. Em Minas Gerais, nos últimos 25 anos, confirma-se a política compensatória de criação de assentamentos rurais, mas também se evidencia a contraofensiva do capital, representado pelo poder político do agronegócio, das ações dos grandes proprietários de terras e do judiciário e as respectivas “brechas” na legislação que rege os processos de conflitos e desapropriações de terras. Por fim, descrevemos sobre a violência e os assassinatos no campo, que têm vitimado no estado lideranças camponesas. Na criminalização e judicialização da questão agrária, além do crescimento das condenações contra líderes de movimentos, cresceram as condenações contra seus apoiadores num processo comandado pelo agrobandidismo, que permanece sem qualquer condenação, continua atuante e faz mais uma chacina em Uberlândia neste início de 2012 como os massacres de Felisburgo e Unai.

QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITOS EM MINAS GERAIS: AGRONEGÓCIO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

Analisar a questão agrária em Minas Gerais é uma tarefa muito complexa, considerando seus 853 municípios, onde atuam mais de 35 tipos de movimentos sociais desde a década de 1990, quando se iniciou o registro sistemático das ações dos movimentos (Relatório DATALUTA Minas Gerais, 2010). As regiões de Minas não só apresentam grandes diferenças socioespaciais nos aspectos naturais (relevo, hidrografia, solos e vegetação), econômicos, sociais, demográficos, culturais, urbanos e rurais, mas na grande diversidade que reflete também na natureza dos conflitos e tipos de movimentos de luta e resistência no campo.

A questão agrária caminha hoje junto com a questão ambiental. Tanto no Brasil como em Minas, as regiões de maior concentração de recursos naturais (água, terra, minério e biodiversidade) têm se tornado alvos de disputas políticas, econômicas e territoriais entre o agronegócio e a agricultura camponesa e familiar. Exemplos desta diversidade de conflitos e problemas são frequentemente e sistematicamente registrados pelo DATALUTA, tais como dos atingidos pela Mineração em Congonhas, cidade dos profetas e do escultor Aleijadinho; o desastre ambiental que as pequenas centrais hidrelétricas - PCH causam para o

meio ambiente e para a população em diversas regiões do estado, em especial o caso da PCH em Ferros; a de geraizeiros, “encurralados” pela monocultura do eucalipto, em Bocaiúva, no Norte de Minas; e os efeitos dramáticos da mineração em Conceição do Mato Dentro, onde ainda cerca de 32 minas estão sendo planejadas e ameaçam destruir o patrimônio natural daquele município e região.

Os conflitos pela água vêm aumentando em todo o território brasileiro desde 2002 (ano em que a entidade iniciou o registro em relação à água). Em 2010 registrou-se o maior número de conflitos pela água evidenciando que a questão consolida-se como um dos principais temas nacionais sendo que a metade dos problemas está relacionada ao uso e preservação desse recurso (CPT, 2010). De acordo com as tabulações da pesquisa DATALUTA, os conflitos por terra, acampamentos e ocupações em Minas Gerais diminuem após 2003, ocasião da eleição do Governo Lula da Silva. Até então, os conflitos apresentavam-se crescentes, porem as ocupações diminuem pela metade em menos dez anos (de 46 em 2001, reduzem para 23 em 2010). Nesse sentido, o gráfico 1 mostra uma redução dos conflitos de terra após 2003 em Minas Gerais, acompanhando o ritmo brasileiro e um aumento crescente dos conflitos pela água.

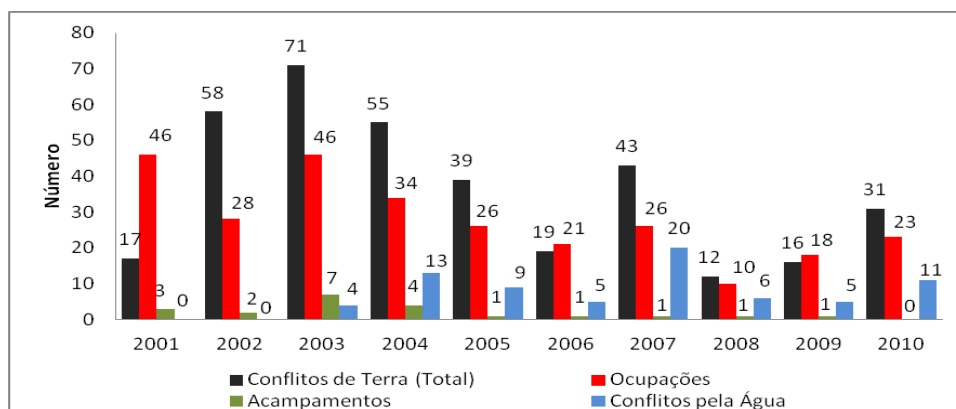
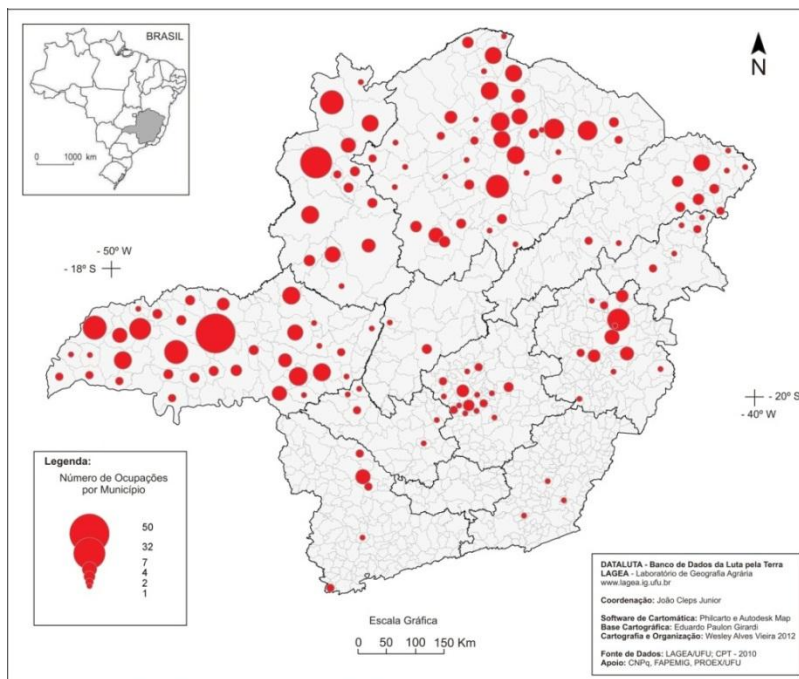


Gráfico 1: Minas Gerais - Evolução dos Conflitos de Terra e pela Água (2001-2010)
Fontes: CPT/DATALUTA-NERA-LAGEA, 2010. Org. João Cleps Jr.

A simples análise da distribuição fundiária no estado dá uma dimensão mais clara da concentração da terra. As pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam 8,8 % do total de terras, embora representem mais da metade da área (58,6%) das propriedades rurais. Já as grandes propriedades, com mais de mil hectares, somam menos de 0,2% das propriedades e controlam 12,8% das terras. Embora a distribuição dos imóveis acima de 1 mil ha seja menor que a média nacional, as propriedades entre 100 a 1000 hectares ocupam 42,4% da área, confirmando menor grau de concentração fundiária. Segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em 2011, Minas Gerais possui um total de 5.356.425 imóveis rurais que correspondem à área de 590.716.875,34 hectares. Apenas os minifúndios somam 3.447.230 imóveis (64%), ocupando uma área total de 48.602.255 ha. (8,2%). A grande propriedade soma 65.758 imóveis (1,2%) e área correspondente de 184.888.520 ha. (31%).

O Mapa 1 demonstra a real situação da distribuição dos conflitos no campo no estado, onde são registradas ações nas principais regiões de expansão do agronegócio (Triângulo, Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas). Analisando, portanto, na perspectiva das ocupações, os municípios com maior número de ações no período 1990 a 2010 foram Uberlândia (50), Unaí (32), Buritis (18), Prata (18), Santa Vitória (18) e Montes Claros (17).



Mapa 1: Minas Gerais – Áreas de Conflitos - Ocupações de Terras (1990 - 2010)
 Fonte: DATALUTA-LAGEA, 2010. Org. João Cleps Jr.

A REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS

Os acampamentos e os assentamentos rurais conquistados são partes integrantes e fundamentais desse processo de luta pela terra. Em Minas Gerais são mais de 10 mil famílias acampadas. No Brasil, a criação de assentamentos rurais tem sido realizada em resultado da pressão exercida pelas ocupações de terras, como pode ser observado por meio da comparação entre os mapas 1 e 2. Nos últimos 25 anos foram criados 389 projetos de assentamento de Reforma Agrária em Minas Gerais, na sua maioria nos governos FHC (187 projetos) e Lula da Silva (171 projetos), conforme registrado na Tabela 1.

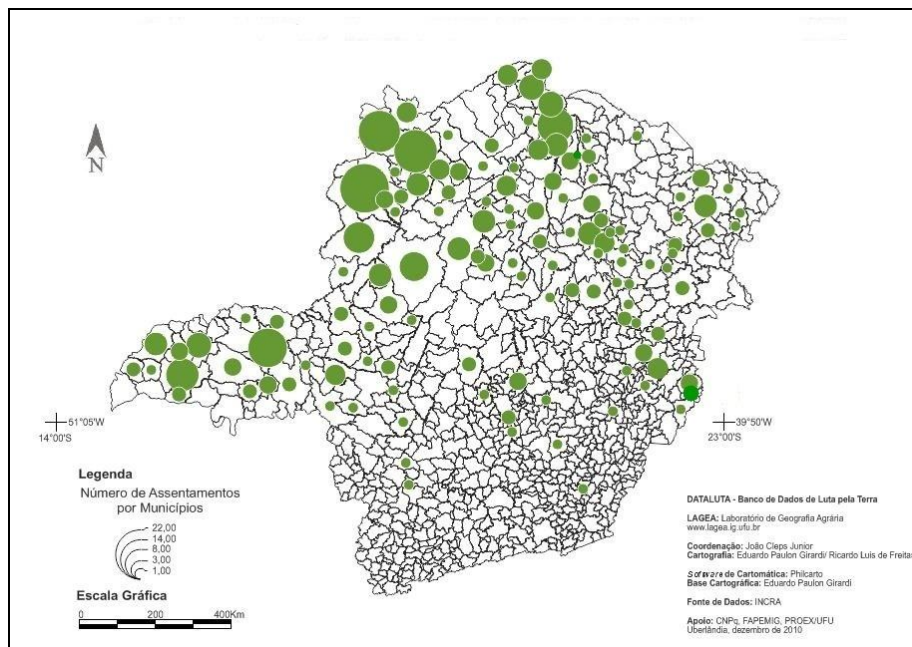
Tabela 1: Minas Gerais – Número de Projetos, Total de Famílias Assentadas e Área Desapropriada por Período de Governo (1986-2011)

GOVERNOS	Nº Projetos Criados	Número de Famílias Assentadas	Área Desapropriada (em hectares)
SARNEY (1986-1989)	12	863	64.587
COLLOR-ITAMAR (1991-1994)	13	748	32.730
FHC-1 (1995-1998)	102	5.771	291.345
FHC-2 (1999-2002)	85	4.491	269.092
LULA-1 (2003-2006)	107	4.919	222.072
LULA-2 (2007-2010)	64	2.282	107.876
DILMA (2011)	6	197	7.661
TOTAL	389	19.271	995.363

Fonte: DATALUTA-NERA-LAGEA, 2012. Org. João Cleps Jr.

Estes dados não incluem os projetos do tipo Reforma Agrária de Mercado - RAM, representando assim principalmente as formas de criação por desapropriações, compra e reconhecimento. Os projetos

foram implantados na maioria das regiões de maior conflito pela terra do estado, principalmente nas regiões Norte de Minas, Noroeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Mapa 2).



Mapa 2: Minas Gerais – Projetos e Assentamentos Criados (Período 1986-2010)
Fonte: DATALUTA – LAGEA, 2012. Org. João Cleps Jr.

Analisando as formas de obtenção de terras para a Reforma Agrária em Minas Gerais, com base nos dados acumulados entre 1985 a 2011, a maioria foi pela via da desapropriação (75%), seguida pelo reconhecimento (14%) como mostra o Gráfico 2:

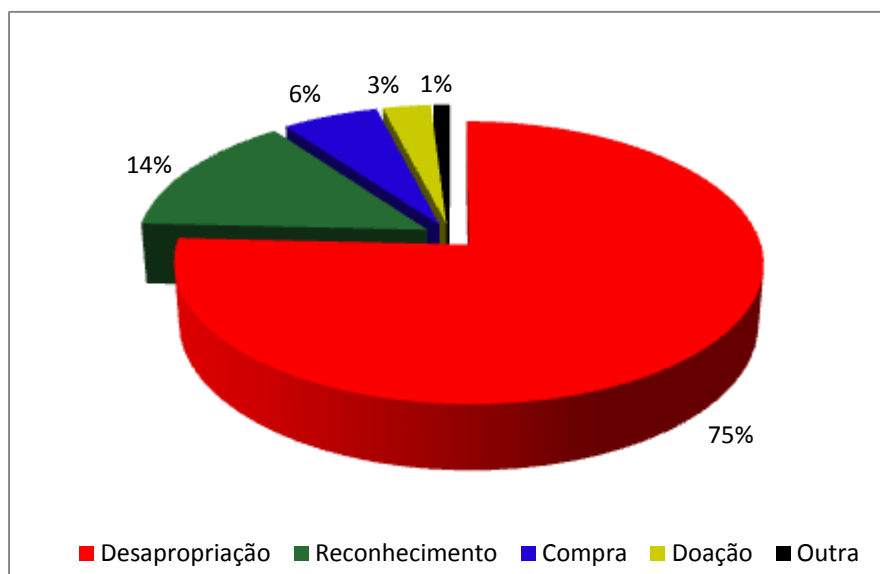
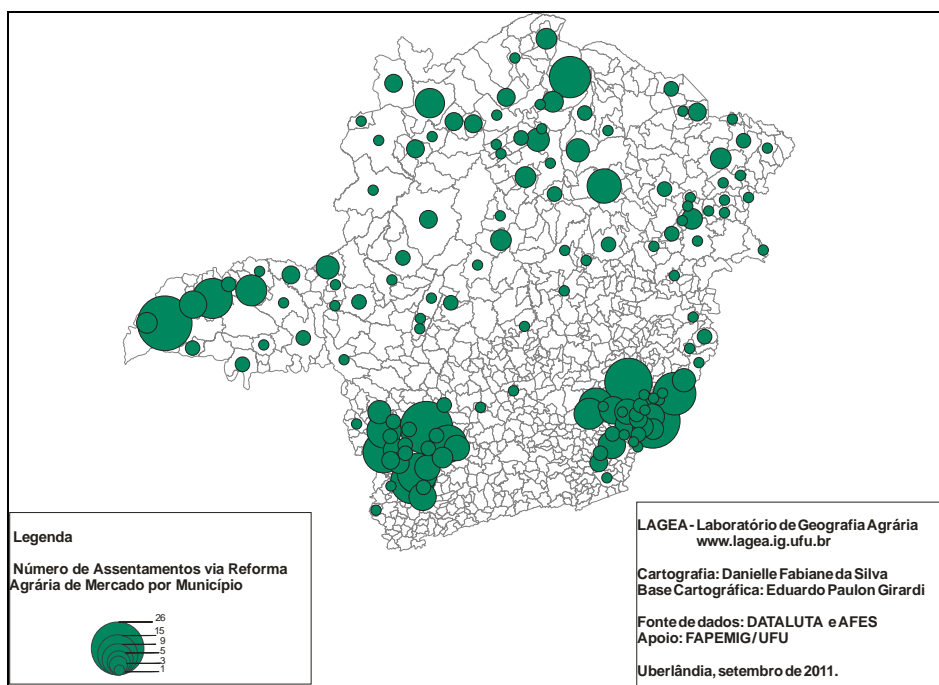


Gráfico 2: Minas Gerais- Formas de obtenção de terras para criação de assentamentos rurais (1985-2011)
Fonte: DATALUTA - LAGEA, 2012. Org. João Cleps Jr.

É importante destacar que em Minas Gerais houve diferenças quanto ao processo de obtenção por período de governo, principalmente no último mandato de FHC e primeiro governo LULA, com maior destaque também para os processos de obtenção pelo sistema de reconhecimento.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a política de reforma agrária foi substituída pelo projeto chamado “Novo Mundo Rural”, centrado basicamente em alguns princípios como o assentamento de famílias sem-terra enquanto uma política social compensatória e a descentralização/ “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes.

Contrariando as lutas e ações de ocupação de terras reivindicadas pelos movimentos sociais, contudo, a mais forte ação do Estado foi a regulamentação da reforma agrária dentro da lógica da oferta e procura de terras, a denominada RAM. Os primeiros assentamentos de Reforma Agrária de Mercado em Minas Gerais foram implantados durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique. No intervalo de uma década (1999-2008), foram criados 594 empreendimentos RAM, atingindo mais de 5,3 mil famílias, número superior aos projetos convencionais de reforma agrária (Projeto de Assentamento - PA), que somaram 222 no período. De acordo com o Mapa 3, a predominância dos projetos de RAM foram nas regiões da Zona da Mata (153), Sul de Minas (147), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (89), Norte de Minas (84) e Vale do Jequitinhonha/Mucuri (34) e Noroeste de Minas (28). Com isso, verificou-se que o processo da contra reforma agrária ocorreu não apenas nas regiões de menor conflito de terras como Zona da Mata e Sul de Minas, mas também nas regiões de maior tensão social como o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas.



Mapa 3: Minas Gerais - Projetos de Reforma Agrária de Mercado (1998-2009).
Fonte: DATALUTA-NERA-LAGEA, 2010. Org. Danielle F. da Silva, 2011.

CRIMINALIZAÇÃO, JUDICIARIZAÇÃO E ASSASSINATOS NO CAMPO

Neste início de 2012, o número de assassinatos e violência tem ampliado proporcionalmente em todo o Brasil, conforme informações preliminares da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Esta onda de assassinatos no campo se associa com ameaças de morte contra lideranças camponesas, quilombolas e indígenas. Ocorre também uma multiplicação de conflitos territoriais, representados por ações jurídicas de reintegração de posse, derrubada das florestas, intimidações, Disponível em www.fct.unesp.br/nera

ameaças de morte, tentativas de homicídio e assassinatos, muitos destes com a participação de agentes estatais, como policiais, juízes, donos de cartório, prefeitos e deputados, agravando o quadro de violência. Tais violências tornam visível uma série de violações que o Estado e agentes privados cometem contra esses grupos sociais. Também cresceram as condenações contra apoiadores dos movimentos. Nos processos desapropriatórios e conflitos fundiários, atribui-se, ainda, à grande morosidade na análise e julgamento dos casos.

Registramos em Uberlândia, Triângulo Mineiro, o assassinato de três trabalhadores ligados ao Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST que foram executados na tarde de 24 de março de 2012. As três vítimas - Valdir Dias Ferreira, 40 anos e o casal Milton Santos Nunes, 52 anos, e Clestina Leonor Sales Nunes, 48 anos - eram acampados da Fazenda São José dos Cravos, em Prata, na região de Uberlândia, junto com outras 80 famílias. A chacina de Uberlândia completa dois meses, sem que algum culpado tenha sido identificado ou acusado.

O Massacre de Felisburgo, que vitimou cinco trabalhadores rurais sem-terra, completa oito anos sem que nenhum acusado do crime tenha sido preso ou julgado. O réu confesso do massacre, além de participar diretamente da ação, contratou 16 pistoleiros para atacar as 230 famílias do acampamento Terra Prometida, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, na fazenda Nova Alegria. Um jagunço já morreu sem ser julgado e outros 15 continuam em liberdade.

A Chacina de Unaí, no noroeste de Minas, ocorrida em 2004, onde três auditores fiscais do trabalho e o motorista da equipe que foram mortos quando vistoriavam as condições de trabalho e moradia de colhedores de feijão, ainda não foram a julgamento. Em função da tragédia, a data 28 de janeiro tornou-se o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Portanto, a partir das pesquisas do DATALUTA, abrem-se possibilidades de análises da questão agrária, em particular no estado de Minas Gerais. Neste estudo buscamos analisar aspectos da questão agrária brasileira e mineira.

REFERÊNCIAS

CLEPS JR., João As Ações dos Movimentos Sociais no Campo em 2010. In: **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.

_____. Questão Agrária, Estado e Territórios em Disputa In: **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010, v.1, p. 35-54.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT, 2012.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA 2010 - Brasil**. Presidente Prudente: UNESP-FCT/NERA, 2010.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA 2010 - Minas Gerais**. Uberlândia: UFU-IG/LAGEA, 2011.

FERNANDES, Bernardo M. **Reconceitualizando a Reforma Agrária**. Boletim DATALUTA. Pres. Prudente: NERA-UNESP. Disponível em www.fct.unesp.br/nera, 2010.